
Jornalismo e relações contratuais: perspectivas antirracistas e decoloniais¹

Edilaine Heleodoro FELIX²
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

Resumo

A proposta deste artigo é analisar oito reportagens publicadas no jornal Folha de S. Paulo, entre 7 e 23 de junho de 2023, sobre o caso ocorrido em 4 de junho de 2023, na Vila Mariana, zona sul de São Paulo, quando um homem negro, após furtar uma caixa de bombons em um supermercado, foi amarrado pelos pés e mãos por policiais militares mesmo depois de ser algemado. Pretende-se identificar como o jornal relatou os fatos sob as diretrizes do seu Comitê de Inclusão e Equidade, criado em 2022, que visa promover um jornalismo mais inclusivo, antirracista e decolonial.

Palavras-chave: jornalismo; antirracismo; decolonial; Folha de S. Paulo.

Introdução

No espaço de poder que é o jornalismo, a mensagem transmitida pela mídia tem significado “complexo e mutável” (THOMPSON, 1998), e, nesse ponto, ela pode ser entendida e, no caso do jornalismo, apurada de formas diferentes de acordo com o contexto social, histórico e econômico. Por isso, Thompson acredita que é preciso adaptar a mensagem à nossa própria vida e aos contextos e circunstâncias vividos, que normalmente são bem diferentes daqueles em que a mensagem foi produzida.

Ciro Marcondes Filho afirma que o jornalismo surge para compor esfera pública, enquanto Adelmo Genro Filho vai além e diz que o jornalismo surge para fomentar a esfera pública, um dos motivos pelos quais as potencialidades da atividade jornalística vão além dos limites do próprio jornalismo. Para Habermas, a esfera pública burguesa era construída a partir da noção fictícia de indivíduos privados que se reuniam como público, desempenhando simultaneamente os papéis de proprietários e de simples seres humanos (HABERMAS, 2003). Se a esfera pública é estrutura comunicacional, para Habermas ela

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação Antirracista e Pensamento Afrodiaspórico, evento do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação realizado de 4 a 8 de setembro de 2023.

² Doutoranda e mestre em Comunicação no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (PPGCOM/ECA/USP), jornalista pela Universidade de Mogi das Cruzes, professora do curso de Jornalismo da Universidade Cruzeiro do Sul. e-mail: efelix@usp.br.

é o ponto de encontro para a ação comunicativa, constituída pela comunicação entre sujeitos. E o jornalismo, seja ele produto ou fomentador, passa a levar os assuntos antes restritos à esfera privada (família) para a esfera pública (BLOTTA, 2013, p. 192).

John Thompson, no livro *A mídia e a modernidade*, diz que a mídia transformou a natureza do caráter público e que o jornalismo, fruto dessa esfera, assume um importante papel de disseminar essas ideias, antes restritas às esferas privadas. Contudo, o próprio autor faz apontamentos sobre os “não contemplados” nessa esfera pública. Thompson afirma que a mensagem deve ser adaptada às circunstâncias da vida e dos contextos e que as poucas reflexões sobre a elitista esfera pública são relevantes para entendermos as práticas jornalísticas, que têm processos e narrativas construídas a partir de bases racistas. A reflexão sobre a prática antirracista, decolonial, periférico, que se contrapõe à prática jornalística da mídia hegemônica, reforçadora desse sistema de dominação e fruto dessa esfera pública burguesa, está sob a perspectiva de como o jornalismo está posto e como é regido a partir de um contrato racial.

Segundo Dennis de Oliveira (2018), além da sociedade capitalista, que pode ser considerada, pela sua lógica, em um contexto possibilitadora da violência, acrescentam-se as singularidades das sociedades do capitalismo periférico da América Latina: seu passado colonial e escravocrata, bem como seu lugar subalterno no sistema-mundo do capital, dão contornos específicos à violência, incluídos aí o racismo e o machismo.

No artigo *Jornalismo e humanização: heranças eurocêntricas no pensar e no fazer jornalísticos*, Jorge Kanehide Ijuim considera que as narrativas jornalísticas não podem se restringir ao relato de fatos e explicações de acontecimentos, pois necessitam de compreensão de fenômenos sociais. “A compreensão exige contextualização — histórica, social, econômica, ecológica. Ao mesmo tempo, os esforços de compreensão proporcionam oportunidades de reflexão sobre aspectos morais de qualquer fenômeno social em foco” (IJUIM, 2020, p. 100).

Sendo assim, partindo dessas reflexões, este trabalho tem como objetivo analisar oito reportagens do jornal Folha de S. Paulo sobre o caso ocorrido em 4 de junho de 2023, na Vila Mariana, zona sul de São Paulo, de um homem negro que, após furtar uma caixa de bombons em um supermercado, foi amarrado, arrastado e carregado por policiais depois de ter sido algemado. A cena foi gravada em vídeo e circulou nas redes sociais. Com base nas seis reportagens veiculadas sobre o caso, questiona-se como o jornal, que tem desde 2022 um Comitê de Inclusão e Equidade, compreendeu o fato além de relatos

e explicações dos acontecimentos. Para detectar esse fenômeno, deve-se analisar as reportagens, publicadas entre os dias 7 de 23 de junho de 2023, a partir das diretrizes anunciadas no Comitê de Inclusão e Equidade da própria Folha.

Jornalismo, relações de poder e seus arranjos

No artigo *Paulo Freire e uma prática jornalística emancipatória-decolonial*, Dennis de Oliveira diz que o jornalismo como atividade da esfera pública atua tanto no sentido dado por Mills (considerar como participantes dessa esfera pública apenas o arquétipo do homem branco) quanto no de reforçar os fundamentos raciais e patriarcais (OLIVEIRA, 2020, p. 129). Pensadores clássicos iluministas, como Rousseau, em sua obra, defendem a ideia de que o contrato social — conjunto de normas para a sociabilidade, que regulariza comportamentos, feito a partir de uma perspectiva branca — possibilitou uma transcendência do ser humano no estado natural para o estado civilizado. No entanto, Charles Wade Mills, no livro *The Racial Contract*, revela que há um contrato racial, no qual o homem branco é um “contratante” e os não brancos são não contratantes ou só subcontratantes.

Oliveira, a partir dos conceitos de Mills, concentra-se na crítica ao arquétipo do sujeito-cidadão, que é o homem branco. O autor afirma que Habermas, sobre a colonização mercantil das estruturas da esfera pública, e Dussel, Quijano e Mignolo, sobre decolonialidade, apontam haver na experiência civilizatória a exclusão não apenas de quem é ou não é contratante, mas também sobre quem tem ou não a fala legitimada como racional, como produtora de conhecimento. Sendo assim, os saberes constituídos em vivências não eurocêtricas são deslegitimadas, e as vozes dos seus sujeitos são desconsideradas dentro da arena da esfera pública. (OLIVEIRA, 2020, p. 128) Segundo Anibal Quijano, assim como a raça é percebida como a ferramenta mais eficaz de controle, quando associada à exploração, desempenhando um papel central na estrutura global de poder capitalista, o contrato racial está intrinsecamente relacionado à exploração. A necropolítica, por sua vez, representa a “crescente espiral de violência autoalimentada”.

No texto *Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina*, Anibal Quijano diz que, na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. Conforme explicado pelo autor, os povos

conquistados (negros, indígenas) foram deliberadamente colocados em uma posição de desvantagem, o que, por extensão, afetou também suas características físicas, em seus traços fenotípicos, bem como suas conquistas intelectuais e culturais. Isso levou à elevação da raça como o critério primordial para determinar como a população mundial seria distribuída em termos de status, localização e funções dentro da hierarquia de poder na nova sociedade. (QUIJANO, 2009)

Isso quer dizer que a colonialidade do poder baseada na imposição da ideia de raça como instrumento de dominação foi sempre um fator limitante desses processos de construção do Estado-nação baseados no modelo eurocêntrico, seja em menor medida, como no caso estadunidense, ou de modo decisivo, como na América Latina. O grau atual de limitação depende, segundo Quijano, da proporção das raças colonizadas dentro da população total e da densidade de suas instituições sociais e culturais.

Aníbal Quijano diz, ainda, que esse resultado da história do poder colonial (entre Europa e não-Europa) passou por duas implicações decisivas. Segundo ele, a primeira é óbvia: todos aqueles povos foram despojados de suas próprias e singulares identidades históricas. A segunda, possivelmente menos evidente, porém igualmente crucial, é a seguinte: a criação de uma nova identidade racial, colonizada e depreciativa resultou na exclusão de sua contribuição à história da produção cultural da humanidade. A identidade passou a ser moldada pela colonização, com influências majoritariamente europeias.

A classificação social e universal da população funciona como um “filtro de acesso” a esses espaços de poder, que incluem a mídia. Esses filtros dos quais fala Quijano são similares ao conceito de contrato racial de Mills, centrado no projeto de poder da supremacia branca, que tem na branquitude a naturalização e perpetuação da desigualdade em relação aos não-brancos, estabelecendo uma “polis racial, um estado racial e um sistema jurídico racial”, ou seja, o contrato social, aquele que prevê um ideal normativo de sociedade igualitária que pressupõe uma igualdade que de fato nunca existiu, ou até existiu, mas apenas na própria sociedade branca, em detrimento das maiorias não brancas, excluídas do contrato social. “O ‘contrato social’ ideal tem sido um conceito central da teoria política ocidental para compreender e avaliar o mundo social” (MILLS, 1997, p. 6). Por isso, Mills destaca que, na gênese desse contrato social, há uma dimensão racial.

Dessa forma, a omissão da supremacia branca não é acidental, pois não enxerga o privilégio branco como um sistema de dominação. No jornalismo, segue reproduzindo fatores que justificariam as narrativas racistas desse modelo / padrão cultural hegemônico,

“numa prática jornalística que vai além de expor os fatos”. Para o autor, o contrato racial revela que as condições de desigualdade raciais de fato existem e que um projeto de poder que tem na sua base uma hierarquia e dominação racial favorece o sistema da branquitude. Segundo Mills, não é um contrato entre todos (“nós, as pessoas”), mas entre as pessoas que contam, as pessoas que realmente são pessoas (“nós, os brancos”). Por isso, é um contrato racial. (MILLS, 1997, p. 3)

Ou seja, quando Mills faz uma crítica epistemológica, os não brancos não estão nos contratos sociais e políticos, uma vez que o ser humano que é o arquétipo de sujeito esclarecido é o homem branco, europeu, o sujeito retratado no contrato social, criado numa sociedade colonizadora.

Não é difícil perceber e fazer relações das teorias decoloniais e do contrato racial com o jornalismo. No livro *A saga dos cães perdidos*, Ciro Marcondes Filho diz que “o jornalismo é uma atividade múltipla”, com expansão a partir da luta pelos direitos humanos. Adelmo Genro Filho, para quem o jornalismo é uma ação típica do capitalismo, defendia que o jornalismo é uma forma de conhecimento da realidade. O jornalismo não é a solução para todos os problemas existentes na esfera social. Mas, quando é mediado por esse contrato, quando segue repetindo estereótipos, mostrando pessoas negras, periféricas em narrativas incriminatórias e discriminatórias, ele é produto de um processo, do arranjo colonial de poder, que continua contribuindo para a exclusão.

A maneira como a mídia registra as periferias e seus habitantes, em sua maioria pessoas negras, costumam ter representações marcadas pelo acúmulo histórico de processos de violência simbólica, os quais envolvem sua invisibilização, estigmatização, exotização ou combinações dessas alternativas. No Brasil, as representações sociais das favelas e de outros territórios populares foram fundamentais para mantê-los destituídos de representatividade nos direcionamentos do desenvolvimento urbano e nas políticas públicas abrangentes.

A desmoralização dos moradores de favela, tratados como “cidadãos de segunda classe” (ou “não-cidadãos), conjuntamente com outros rótulos negativos, foram historicamente utilizados para reter, no território das favelas, os moradores em condições de desigualdade. (BARBOSA E DIAS, 2020, não paginado). Para Achille Mbembe, essa “ocupação colonial” em si era uma questão de apreensão, demarcação e afirmação do controle físico e geográfico,

essa inscrição (territorialização) foi, enfim, equivalente à produção de fronteiras e hierarquias, zonas e enclaves; a subversão dos regimes de propriedade existentes; a classificação das pessoas de acordo com diferentes categorias; extração de recursos; e, finalmente, a produção de uma ampla reserva de imaginários culturais. Esses imaginários deram sentido à instituição de direitos diferentes, para diferentes categorias de pessoas, para fins diferentes no interior de um mesmo espaço; em resumo, o exercício da soberania. O espaço era, portanto, a matéria-prima da soberania e da violência que sustentava. Soberania significa ocupação, e ocupação significa relegar o colonizado em uma terceira zona, entre o *status* de sujeito e objeto (MBEMBE, 2016, p. 135)

O cerne da soberania reside na capacidade de determinar quem é considerado relevante e quem não é, quem merece viver e quem está destinado a morrer. E essa autoridade soberana é exercida pelo Estado. Em *Necropolítica*, Mbembe aponta como um exemplo de soberania da ocupação o caso do *apartheid* da África do Sul. Segundo demonstrou Belinda Bozzoli, o distrito, que constituía a forma estrutural, e os bantustões (*homelands*) tornaram-se as reservas (bases rurais) por meio das quais o fluxo de mão de obra migrante poderia ser regulamentado e a urbanização africana poderia ser mantida sob controle. Aquele local, especificamente, era um ambiente onde “opressão e pobreza severas foram experimentadas com base na raça e classe social”. Havia restrições na produção para negros em áreas brancas, término da posse de terra por negros (exceto em zonas reservadas), criminalização da residência negra em fazendas brancas (exceto quando ali trabalhavam como servos), controle do fluxo urbano e, depois, negação da cidadania aos africanos, configurando uma rede complexa de opressão baseada em raça e status social. Assim como se deu na escravização de negros no Brasil: negros vistos como coisas, traficados, vendidos, espancados, mortos, e, após a abolição, ficavam sem trabalho, sem moradia, à mercê da soberania do estado, que decide “quem importa e quem não importa” (MBEMBE, 2016, p. 135).

Folha de S. Paulo e o caso do “homem negro amarrado pelos pés e mãos”

No dia 4 de junho de 2023, na Vila Mariana, zona sul de São Paulo, após furtar duas caixas de bombons, cada uma delas no valor de R\$ 15, em um supermercado, um homem negro teve mãos e pés amarrados com uma corda por policiais militares mesmo depois de ser algemado. O objetivo desta discussão é analisar a cobertura realizada sobre esse fato pelo jornal Folha de S. Paulo.

A razão para selecionar a Folha de S. Paulo como objeto de estudo decorre do fato de que nos últimos anos o jornal tem se esforçado para implementar iniciativas voltadas para a diversidade. Em 2019, estabeleceu uma seção editorial dedicada a esse tema, chamada Diversidade, “com objetivo de refletir sobre a variedade da vida social no país e o dia a dia na Redação”³; em 2021, lançou programa de treinamento em jornalismo diário destinado a profissionais negros⁴, e, mais recentemente, em 2022, um grupo de 17 jornalistas do periódico criou um Comitê de Inclusão e Equidade, para promover a diversidade⁵.

A editoria de Diversidade, criada com “a missão de estimular diversidade em reportagens e com o objetivo de refletir sobre a variedade da vida social no país e o dia a dia na Redação”, começou a funcionar em 5 de maio de 2019. No texto de apresentação da nova editoria (texto na folha.com e, também, no impresso, na editoria Poder), a jornalista que assumiu o cargo de editora, e que naquela data assinava sua última coluna como ombudsman do jornal, Paula Cesarino Costa, disse que “a intenção é trabalhar de modo transversal na Redação, atuando na discussão de pautas, na diversidade de enfoques, buscando ampliar as fontes ouvidas”. Ainda no texto, o diretor de Redação da Folha, Sérgio Dávila, explicou que a editoria atuaria na análise de reportagens já publicadas, apontando, por exemplo, se as fontes ouvidas foram apenas heterossexuais e brancas, e olhando para a frente, ao sugerir novas fontes para pautas e artigos. Para Dávila, a diretora de diversidade “participará inclusive” do processo de contratação de jornalistas: “Ela participará, inclusive, do processo de contratação de jornalistas para que, já nesse momento, se tenha preocupação com a diversidade”, disse o diretor. Já Paula Cesarino disse que “uma equipe diversificada oferece estilos, ideias e ironias mais ricas”. Atualmente, a editora de Diversidade é Alexandra Moraes.

³ Folha cria editoria com missão de estimular diversidade em reportagens. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/04/folha-cria-editoria-com-missao-de-estimular-diversidade-em-reportagens.shtml>

⁴ Folha lança programa de treinamento destinado a profissionais negros. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/folha-100-anos/2021/02/folha-lanca-programa-de-treinamento-destinado-a-profissionais-negros.shtml>

⁵ Jornalistas da Folha criam Comitê de Inclusão e Equidade para diversidade no jornal. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/novo-em-folha/2022/05/jornalistas-da-folha-criam-comite-de-inclusao-e-equidade-para-diversidade-no-jornal.shtml>

A reportagem sobre a criação do Comitê de Inclusão e Equidade, escrito pelo então repórter do jornal, Matheus Moreira (atualmente editor-assistente no Poder360), foi publicada no dia 13 de maio de 2022. A fundação do Comitê surgiu após uma carta assinada por mais de 200 jornalistas em reação à publicação de um texto de Antônio Risério⁶ sobre racismo reverso.

Na ocasião, foram discutidas sugestões para ampliar a diversidade de fontes consultadas pelo jornal, de modo que o conteúdo publicado pela **Folha** reflita a variedade da vida social no Brasil, com especial atenção para os atores historicamente marginalizados. Intelectuais e especialistas negros de diversas áreas afirmam que são procurados por jornalistas para entrevistas apenas quando o assunto abordado é racismo. (FOLHA DE S. PAULO, 2022)

Com base nas iniciativas da Folha de S.Paulo, o objetivo é examinar as matérias divulgadas pelo jornal em relação a um caso que ocorreu em um domingo, 4 de junho. Esse fato ganhou destaque nas manchetes dos jornais em 7 de junho, após um vídeo circular nas redes sociais, no qual um homem é visto sendo arrastado e transportado por policiais, colocado em uma maca e, em seguida, na parte traseira de uma viatura. As cenas foram feitas em uma UPA (Unidade de Pronto Atendimento) da Vila Mariana, e a reportagem do jornal informa que “enquanto é carregado, o homem grita de dor e afirma que está colaborando com a polícia”.

A Folha publicou oito textos sobre o caso, das quais quatro⁷ foram no próprio dia 7: “Homem negro é amarrado pelos pés e mãos e carregado por policiais em São Paulo”; “PMs alegam que homem negro foi amarrado em SP porque resistiu à prisão”; “Justiça

⁶ *Racismo de negros contra brancos ganha força com identitarismo*. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2022/01/racismo-de-negros-contra-brancos-ganha-forca-com-identitarismo.shtml>

⁷ Homem negro é amarrado pelos pés e mãos e carregado por policiais em São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/06/homem-negro-e-amarrado-pelos-pes-e-maos-e-carregado-por-policiais-em-sao-paulo.shtml>

PMs alegam que homem negro foi amarrado em SP porque resistiu à prisão. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/06/pms-alegam-que-homem-negro-foi-amarrado-em-sp-porque-resistiu-a-prisao.shtml>

Justiça decreta prisão preventiva de homem negro amarrado por PMs. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/06/justica-decreta-prisao-preventiva-de-homem-negro-amarrado-por-pms.shtml>

Testemunha que filmou homem negro amarrado pelos pés diz que foi intimidada pela PM. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2023/06/testemunha-que-filmou-homem-negro-amarrado-pelos-pes-diz-que-foi-intimidado-pela-pm.shtml>

decreta prisão preventiva de homem negro amarrado por PMs”; “Testemunha que filmou homem negro amarrado pelos pés diz que foi intimidada pela PM”. No dia seguinte, 8 de junho, foram mais dois textos: “Homem negro amarrado por PMs: entidades pedem indenização de R\$ 500 milhões” e “Furtou para comer,' diz advogado de homem negro amarrado por PMs”⁸. Um texto no dia 20 de junho: “PM envia à Justiça imagens registradas durante prisão de homem amarrado”⁹, e um último em 23 de junho “Vídeo mostra PMs amarrando mãos e pés de homem já algemado em SP”¹⁰.

Análise dos textos publicados: nem tão diverso, nem tão plural

Os oito textos foram analisados a partir do artigo da Folha que informa sobre a criação do Comitê de Inclusão e Equidade. O texto foi publicado no blog Novo em Folha – Programa de Treinamento e diz que “o comitê atuará dentro e fora das editorias do jornal com o objetivo de sugerir e desenvolver projetos que tornem a Folha mais inclusiva e equânime quando o assunto é raça, cor, etnia, gênero, orientação sexual, classe e pessoa com deficiência”. Uma proposta para tornar o jornal mais inclusivo deve considerar, entre tantos fatores sociais e culturais, fatores jornalísticos, como texto e fontes de informação que valorizem o relato e ajudem a compreensão do fato.

Lage (2005), em seu livro, fala sobre a falta do volume adequado de informação para que se possa construir narrativas densas e verdadeiras, uma vez que o noticiário é editado com base em relatos fragmentados e a cobertura diária de um evento combina dados parciais de diferentes fontes. “As boas narrativas jornalísticas abrangentes são produzidas após longo tempo de atuação, com base em processos judiciais, confronto dos

⁸ Homem negro amarrado por PMs: entidades pedem indenização de R\$ 500 milhões. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/06/homem-negro-amarrado-por-pms-entidades-pedem-indenizacao-de-r-500-milhoes.shtml>

'Furtou para comer,' diz advogado de homem negro amarrado por PMs. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/06/furtou-para-comer-diz-advogado-de-homem-negro-amarrado-por-pms.shtml>

⁹ PM envia à Justiça imagens registradas durante prisão de homem amarrado. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/06/pm-envia-a-justica-imagens-registradas-durante-prisao-de-homem-negro-amarrado.shtml>

¹⁰ Vídeo mostra PMs amarrando mãos e pés de homem já algemado em SP. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/06/video-mostra-pms-amarrando-maos-e-pes-de-homem-ja-algemado.shtml>

depoimentos de testemunhas e participantes, consulta a bibliotecas e arquivos pessoais.” (LAGE, 2005, p. 82)

As fontes consultadas “promovem a diversidade” como pretendido e explicado logo no primeiro parágrafo do texto que apresenta o Comitê. Contudo, não avançam no debate, interpretando ou opinando sobre direitos humanos, racismo - como na frase do padre Júlio Lancelloti, retirada de uma rede social e republicada na primeira reportagem sobre o caso, na qual ele questiona o comportamento dos policiais: “A pobrefobia institucional. A escravidão foi abolida?”; ou do ouvidor das polícias, que fala em tortura e pau de arara; e também da deputada Tabata Amaral (PSB-SP), que fala em barbárie e violação de direitos humanos.

Nesse contexto, o jornalismo profissional se distinguiria não só pela especialização e competência (técnica ou artística) – como no caso da fotografia – mas, principalmente, pelo acesso a fontes de informação que, pela própria natureza, são seletivas, seja o palácio de um príncipe, o cenário de uma batalha ou o escritório de um sábio. O jornalista seria o homem reconhecido socialmente como o incumbido de perguntar, de questionar, de mediar informação. (LAGE, 2005, p. 53)

Para Lage, é preciso tempo de maturação para as boas narrativas jornalísticas que devem ser feitas “com base em processos judiciais, confronto dos depoimentos de testemunhas e participantes, consulta a bibliotecas e arquivos pessoais”. Foram oito reportagens publicadas em um período de 17 dias, com informações sobre o processo, a ação, imagens em vídeo, notas das autoridades. Pareceu faltar seguir as diretrizes apontadas no Comitê de “atuar na sugestão e no desenvolvimento de projetos para ampliar pluralidade” e do projeto editorial da Folha¹¹, que uma “parcela significativa da pauta deve apontar problemas, questionar autoridades, investigar irregularidades no âmbito público ou privado e organizar a cobertura de processos judiciais relevantes”.

Embora o Comitê afirme que dará “atenção especial para os atores historicamente marginalizados”, nas notícias analisadas aqui, a narrativa jornalística silencia o sujeito periférico, negro: a fala dele não é importante. Ele não tem nome, é “o homem negro amarrado pelos pés e mãos”. Tampouco, conforme as normativas do jornal, questionam, investigam ou ampliam a diversidade de fontes. O jornal noticiou os fatos, contudo, é

¹¹ Jornalismo profissional é antídoto para notícia falsa e intolerância. Disponível em <http://temas.folha.uol.com.br/folha-projeto-editorial/projeto-editorial-folha-de-s-paulo/sua-excelencia-o-consumidor-de-noticias.shtml>

preciso entender os processos históricos, os sujeitos atuantes e suas particularidades, conforme Moraes e Silva,

Todos os dias são centenas de exemplos que demonstram o quanto o jornalismo não vem sendo capaz de complexificar fenômenos sociais inspirados pelo machismo e pelo racismo, bem como pelo heterossexismo e o classismo. No Brasil, as desigualdades sociais são marcadamente de raça, de gênero e de classe, colocando às margens gigantescas parcelas da população a partir de sistemas de classificação e hierarquização de diferenças cujas desigualdades se forjam na cultura, nos sistemas simbólicos, em que a linguagem se constitui central. Nesse sentido, o jornalismo vem operando enredado às tramas de poder-saber, reproduzindo valores dominantes a partir das lentes de uma racionalidade excludente. (MORAES E SILVA, 2012, p. 12)

Nesse ponto, é possível mais uma vez costurar as teorias decoloniais, com o contrato racial, de Charles Mills, e a necropolítica, de Achille Mbembe. Assim como raça é, segundo Quijano, o mais eficaz instrumento de dominação que, associado à exploração, serve como o classificador universal no atual padrão mundial de poder capitalista, e o contrato racial é de exploração, a necropolítica é a “espiral da violência que se retroalimenta”. Se o jornalismo é produto da esfera pública e é um produto desse contrato social, ele mantém o padrão colonial de poder, do homem branco que pauta e desconsidera esses espaços e esses sujeitos colonizados.

No livro *Jornalismo e emancipação*, Dennis de Oliveira parte de alguns pressupostos para a construção de uma proposta de jornalismo como práxis emancipatória e um deles é que o grande problema limitador do jornalismo como é praticado atualmente nas mídias hegemônicas é o fato de ele se afastar dos princípios originários e entrar na dimensão da espetacularização dos simulacros. Assim, os critérios de veracidade e objetividade metodológicas são transfigurados para verossimilhança e espetacularização.

Oliveira defende que as ideias freirianas podem ser base para a construção de um novo tipo de jornalismo não só nos seus conteúdos, mas, principalmente, no processo de construção de notícias, que deve considerar o contexto vivido pelo opressor, numa prática jornalística na qual, segundo o autor, prevalece a diversidade de fontes, os personagens, a ambiência.

O jornalismo, segundo Fabiana Moraes e Marcia Veiga da Silva (2019), reproduz valores dominantes a partir de lentes de uma racionalidade excludente. É uma possibilidade de romper essa cultura do silêncio – que, segundo Paulo Freire, é gerado na

estrutura opressora – é originar um processo dialógico, não apenas um ato de falar, mas de criar possibilidades participativas.

O jornalismo emancipatório é engajado. “Não se trata de um jornalismo para propagandear palavras de ordem ou para disseminar determinados textos ideológicos, mas sim de assumir um posicionamento em um processo de construção coletiva de emancipação.” (OLIVEIRA, 2017, p. 25). Voltando ao caso do “homem negro amarrado pelos pés e mãos”, as reportagens feitas pela Folha registram os acontecimentos, com fontes e contextualização dos fatos, mas, na maioria dos textos, não avança em uma crítica a esse contrato racial.

Considerações finais

Esse exemplo é apenas um entre muitos que ilustram como a "espiral da violência" ocorre em diversas esferas de influência, onde pessoas negras e de comunidades periféricas se deparam com a força policial e a autoridade estatal. De acordo com Fabiana Moraes e Marcia Veiga da Silva (2019), as marcas da modernidade presentes nos métodos e técnicas de produção jornalística produzem efeitos nas narrativas e na forma como esses sujeitos – vistos a partir de um olhar colonial – são percebidos e narrados.

O Comitê de Inclusão e Equidade, da Folha, assim como o projeto editorial, o programa de treinamento para jornalistas negros e a editoria de Diversidade tem em suas diretrizes um jornalismo mais plural e diverso e, por isso, deve ter como premissa atuar numa perspectiva emancipatória, criando epistemes que levam esses sujeitos a ter participação na construção da realidade e não apenas seguir os estímulos a partir das narrativas que reforcem estereótipos. Dennis de Oliveira pontua que o jornalismo é, portanto, uma possibilidade de romper essa cultura do silêncio¹² - que, segundo Paulo

¹² A compreensão da cultura do silêncio pressupõe uma análise da dependência enquanto fenômeno relacional que acarreta diversas formas de ser, de pensar, de expressão, tanto da cultura do silêncio quanto da cultura que tem voz. A sociedade dependente é, por definição, uma sociedade silenciosa. Sua voz não é autêntica, mas apenas um eco da voz da metrópole – em todos os aspectos, a metrópole fala, a sociedade dependente ouve. O silêncio da sociedade-objeto face à sociedade metropolitana se reproduz nas relações desenvolvidas no interior da primeira. Suas elites, silenciosas frente à metrópole, silenciam, por sua vez, seu próprio povo. Apenas quando o povo da sociedade dependente rompe as amarras da cultura do silêncio e conquista o seu direito de falar – quer dizer, apenas quando mudanças estruturais radicais transformam a sociedade dependente – é que esta sociedade como um todo pode deixar de ser silenciosa face a sociedade metropolitana. (FREIRE, 1976: pp. 70-71)

Freire, é gerado na estrutura opressora -, para originar um processo dialógico. Não é um ato apenas de falar, mas de criar possibilidades participativas.

Um veículo jornalístico que tem um Comitê de Inclusão e Equidade, um projeto editorial que “desenvolve um projeto apartidário e pluralista”¹³ e um programa de treinandos para jornalistas negros, ao publicar oito reportagens sobre o “homem negro amarrado pelos pés e mãos” não deveria renunciar à busca de fontes capazes de promover uma discussão mais diversa sobre raça e direitos humanos.

Referências

BARBOSA, Jorge Luiz, DIAS, Caio Gonçalves. **Solos Culturais**. Rio de Janeiro, Observatório de Favelas, 2013. Disponível em: http://observatoriodefavelas.org.br/wp-content/uploads/2013/05/SolosCulturais_ISSUU-2.pdf Acesso em 18 dez 2021.

BLOTTA, Vitor. **O Direito da Comunicação: uma nova teoria crítica do direito a partir da esfera pública política**. São Paulo: Fiuza, 2013.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**. Porto Alegre: Ortiz, 1986.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. 2ª ed. trad. Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 2003.

IJUIM, Jorge Kanehide. **Jornalismo e humanização: heranças eurocêntricas no pensar e no fazer jornalísticos**. *Revista Extraprensa*, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 91-108, 2020. DOI: 10.11606/extraprensa2020.159921. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/159921>. Acesso em: 11 ago. 2023.

LAGE, Nilson. **Teoria e Técnica do Texto Jornalístico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

MARCONDES Filho, Ciro. **A saga dos cães perdidos**. S. Paulo: Hacker, 2001.

¹³ O jornalismo da **Folha** se desenvolve num registro crítico, apartidário e pluralista. Sua singularidade na imprensa brasileira se traduz na abrangência com que interpela e problematiza os poderes instituídos na esfera pública e privada, estendendo sua voz inquisitiva às mais diversas direções, inclusive à própria mídia. Praticar o pluralismo não significa abrir mão da apuração factual, mas entender que, muitas vezes, existe uma dimensão sujeita a controvérsia, a ser contemplada em termos de dosagem, perspectiva e proporção.

MBEMBE, A. Necropolítica in: **Artes e Ensaio** n. 32, 2016. Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993>. Acesso em 11 ago. 2023.

MILLS, C. W. **The racial contract**. Cornell Paperbacks, 1997.

OLIVEIRA, Dennis. A violência estrutural na América Latina na lógica do sistema da necropolítica e da colonialidade do poder. **Revista Extraprensa**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 39-57, 2018. DOI: 10.11606/extraprensa2018.145010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/145010>. Acesso em: 11 ago. 2023.

OLIVEIRA, Dennis de. **Jornalismo e emancipação: uma prática jornalística baseada em Paulo Freire**. Curitiba: Ed. Appris, 2017.

OLIVEIRA, Dennis. Paulo Freire e uma prática jornalística emancipatória-decolonial. **Olhares: Revista do Departamento de Educação da Unifesp**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 122–132, 2020. DOI: 10.34024/olhares.2020.v8.10783. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/olhares/article/view/10783>. Acesso em: 11 ago. 2023.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade de poder, eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em 11 ago. 2023.

SILVA, Marcia Veiga da; MORAES, Fabiana. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. In: Anais do 28º Encontro Anual da Compós, 2019, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Campinas, Galoá, 2019. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2019/trabalhos/a-objetividade-jornalistica-tem-raca-e-tem-genero-a-subjetividade-como-estrategi?lang=pt-br>. Acesso em: 11 ago. 2023.

THOMPSON, John. B. **A Mídia e modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1998.